

Conselho Municipal do Meio Ambiente
Santa Cruz do Sul - RS

Membros do Conselho Consultivo da Associação
Santa Cruz Novos Rumos

ASEMP
ACI
ACOMAC
AEMAG
ASSOMESC
CDL
SEASC
SEISC
SINDIGENEROS
SINDIVEST
SINCOTEC
SINDIONIBUS
SIRECOM
UNIMED
SEBRAE
SENAC SANTA CRUZ DO SUL
SENAI
SESC
SESI
SINDICATO TRAB. RURAIS
SINDITABACO
SINDILOJAS
STIFA
SIND. EMPREGADOS DE SERV. SAÚDE SCS
UAMBASC
UNISC
DOM ALBERTO
COLÉGIO MARISTA SÃO LUÍS
COLÉGIO MAUÁ
ESC. ED. BÁSICA EDUCAR-SE
ESCOLA IMPACTO
6ª CRE
DOMINIP: ADRIANA GEMELLI LUTEDANMER (SEASC) Cel: 9993 81 44

Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)

Secretário – Alberto João Heck (SEMMA)

2

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

COMUNIDADE SÃO JOSÉ
IGREJA BATISTA PIONEIRA
IGREJA LUTERANA
IG. SÃO JOÃO BATISTA
PARÓQUIA ESPÍRITO SANTO
GRUPO DE APOIO A GUARDA MUNICIPAL
GRUPO DE APOIO A BRIGADA MILITAR
GRUPO DE APOIO A POLÍCIA CIVIL
LIONS CLUB SCS - CENTRO
LIONS CLUB SCS - ALIANÇA
LIONS CLUB SCS - RAIO DE SOL
ROTARY CLUB SANTA CRUZ DO SUL OESTE
ROTARY CLUB SANTA CRUZ DO SUL CENTRO
ROTARY CLUB SANTA CRUZ DO SUL AVENIDA
ROTARY CLUB SANTA CRUZ DO SUL ARROIO G
LIGA FEMININA DE COMBATE AO CANCER
ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À TERCEIRA IDADE

Diretoria: Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44
Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)
Secretário – Alberto João Heck (SEMMAS)



Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

A ILMA SRA
PREFEITA MUNICIPAL
SANTA CRUZ DO SUL

Santa Cruz do Sul, 30 de Abril 2010.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul – CMMA, no uso de suas atribuições, que objetivam promover contato com entidades representativas privadas e oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da preservação do meio ambiente, assim como para a execução conjunta de ações ambientais, após assistir um resumo das ações e projetos da CORSAN atual concessionária dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em Santa Cruz do Sul pede:

- 1) Informações da PMSCS para conhecimento sobre a postura em relação à concessão de distribuição de água e esgoto no município e as suas principais razões, bem como as últimas ações que levaram a atual situação.
- 2) Exposição do cronograma para o cumprimento de prazo do processo licitatório e início dos trabalhos do plano PMSB.
- 3) Explicação sobre diretrizes que serão adotadas e recursos destinados para a execução e implementação do próximo PMSB.

Foi determinada em reunião do conselho a elaboração de documento para uma consideração conjunta final sobre o assunto.

Se a PMSCS entender necessário será possível agendarmos uma reunião para as explicações pedidas.

Qualquer dúvida ou contato poderá ser feito diretamente com a diretoria do CMMA pelos emails arqdummy@brturbo.com.br, huv@afubra.com.br, albertoheck@hotmail.com.

Ficamos no aguardo da manifestação o mais rápido possível.

PROCURADORIA GERAL
Município de Santa Cruz do Sul
Protocolo de Recebimento

Nº 1394
DATA 30/04/10 HORA: 15:30
Assin Arq Servidor: 7927



Presidente em exercício do CMMA
Arquiteto e Urbanista M.Sc Mário Luiz Dummer

Diretoria : Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44
Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)
Secretário – Alberto João Heck (SEMMAS)

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

A ILM SR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
SANTA CRUZ DO SUL

Santa Cruz do Sul, 30 de Agosto 2010.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul – CMMA, no uso de suas atribuições, que objetivam promover contato com entidades representativas privadas e oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da preservação do meio ambiente, assim como para a execução conjunta de ações ambientais, baseado em pedido ao CMMA de pedir vistas a **projeto de regularização de aterro clandestino** de RCC em nome de **Areal Baumgarten CNPJ 01.768.059/0001-97** pede:

- 1) Uma posição da SEMMAS sobre o andamento do processo.
 - 2) Se há conhecimento por parte desta secretaria de atividades no local
- Foi determinada em reunião do conselho o encaminhamento de ofício para acompanhar o assunto.

Se a PMSCS entender necessário será possível agendamos uma reunião para as explicações pedidas.

Qualquer dúvida ou contato poderá ser feito diretamente com a diretoria do CMMA pelos emails arqdummyer@brturbo.com.br, huve@afubra.com.br albertoheck@hotmail.com

Ficamos no aguardo da manifestação o mais rápido possível.



Presidente em exercício do CMMA
Arquiteto e Urbanista M.Sc Mário Luiz Dummer

SEMMAS
Recebido em 19/10/10
R

Diretoria : Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44
Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)
Secretário – Alberto João Heck (SEMMAS)

31

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

EXMA SRA Neiva Teresinha Marques
MD PREFEITA MUNICIPAL
SANTA CRUZ DO SUL

Santa Cruz do Sul, 02 de Setembro 2009.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul – CMMA, no uso de suas atribuições, que objetivam promover contato com entidades representativas privadas e oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da preservação do meio ambiente, assim como para a execução conjunta de ações ambientais, pede encaminhamento para apreciação do CMMA e parecer sobre a elaboração dos editais e de todas as etapas de execução do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O CMMA sugere que sejam incluídas neste debate as questões de tratamento de água e esgoto, o uso da água, drenagem urbana e resíduos sólidos.

Foi determinado, em reunião do Conselho a elaboração de documento para uma consideração conjunta final sobre o assunto.

Qualquer dúvida ou contato poderá ser feito diretamente com a diretoria do CMMA pelos emails arqddummer@burturbo.com.br, huvu@afubra.com.br, albertoheck@hotmail.com.

Ficamos no aguardo da manifestação o mais rápido possível.



Presidente do CMMA
Arquiteto e Urbanista M.Sc Mário Luiz Dummer

Recebido
24/09/2009 / LTB

Diretoria : Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44
Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)
Secretário – Alberto João Heck (SEMIMAS)





Município de Santa Cruz do Sul

Ofício nº 214/PGM/2009

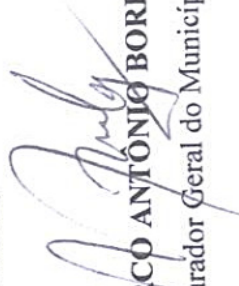
Santa Cruz do Sul, 21 de setembro 2009.

Senhor Presidente,

Em atenção a correspondência encaminhada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, no qual sugere que sejam incluídas em debate as questões de tratamento de água e esgoto, uso da água, drenagem urbana e resíduos sólidos, o Município valoriza e reconhece a preocupação do Conselho em auxiliar na execução do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Impende informar, nesta esteira, que o Conselho será informado e terá espaço para se manifestar quando o debate acerca da criação do Plano Municipal de Saneamento Básico começar a ser elaborado.

Atenciosamente,


MARCO ANTÔNIO BORBA
Procurador Geral do Município

Ilmo. Sr.

Mário Luiz Dummer
Presidente do CMMA
Santa Cruz do Sul-RS



Santa Cruz do Sul, 22 de novembro de 2010.

A

Exma. Sra. Prefeita

Kelly Moraes

Santa Cruz do Sul – RS

PROCURADORIA GERAL
Município de Santa Cruz do Sul
Protocolo de Recebimento

Nº 3853
DATA 22/11/10 HORA: 11:52
Assin [assinatura] Servidor _____

Os Sindicatos dos Comerciantes, Vigilantes e Funcionários Públicos Municipais de Santa Cruz do Sul, além do Grupo de Mulheres da Conlutas, União dos Estudantes Santa-cruzenses (UESC), CSP-Conlutas e PSTU vem através deste solicitar a vossa excelência um prazo maior para que a comunidade do município possa se manifestar a respeito do Plano de Saneamento. Ressaltamos que o prazo dado (que foi apenas de uma semana) é muito restrito para que se possa fazer a leitura de todos os documentos e, além disso, encaminhar algumas propostas, sugestões, enfim.

As entidades que aqui subscrevem este documento pedem até a próxima quarta-feira (24) para que possam levar a sua contribuição. Situação que, inclusive, havia sido acordada no encontro realizado em fevereiro do corrente ano com o Comitê Gestor do município, o qual contou com a presença do vice-prefeito, sr. Luiz Augusto Campis.

Certos de vossa compreensão, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

[assinatura]
Afonso Schwengber

Presidente do Sindicato dos Comerciantes

Santa Cruz do Sul e Região

À

Exma. Sra.

Kelly Moraes

Prefeita Municipal

Santa Cruz do Sul – RS

Senhora Prefeita,

Ao cumprimentá-la cordialmente, os três sindicatos vinculados à Conlutas - Comerciantes, Vigilantes e Funcionários Municipais - vêm através deste solicitar a vossa excelência informações sobre o andamento do processo do novo Plano Municipal de Saneamento Básico do município.

Ressaltamos, de antemão, que os trabalhadores por nós representados – e os demais também – não aguentam mais esta situação. Chegam em casa do seu trabalho e, normalmente, deparam-se com torneiras vazias. Pior: dia sim e dia também.

No entender das nossas entidades, a Prefeitura tem ingerência sobre este assunto, haja vista que é ela quem responde pelo contrato feito com a Corsan. Destarte, tem poder para exigir melhores serviços. Além do mais, consideramos que a atual administração já teve tempo hábil para dar encaminhamentos para este problema, que se arrasta ao longo de muitas décadas.

Por fim, é do interesse das nossas organizações, uma vez que representamos uma fatia significativa de usuários, saber também quais serão as regras, os critérios para a participação no processo de elaboração deste projeto. Nosso objetivo é construir o novo Plano Municipal de Saneamento Básico, de forma conjunta, de modo que realmente as demandas dos trabalhadores se façam contempladas. Cabe-nos acentuar ainda que queremos que a participação popular, de fato, redunde num projeto conjunto e que ela seja levada em consideração.

Concluindo: nosso município não pode mais ser gerido como se fosse de uma determinada sigla política. A água, a energia elétrica e tantos outros bens públicos devem ser gerenciados como tal.

No aguardo das solicitações aqui tecidas, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Afonso Schwengber
Presidente do Sindicato dos Comerciantes

Paulo Rogério de Lara
Presidente do Sindicato dos Vigilantes

José Almada Martins
Presidente do Sindicato dos Funcionários Municipais

7ª - Em caso de descumprimento do contrato, devem estar previstas multas em valores monetários. Em caso de reincidência, o valor deve dobrar. A partir da 3ª vez de descumprimento, o contrato poderá ser rompido com a prestadora sem ônus ao município;

8ª - As multas aplicadas deverão ser revertidas ao fundo municipal de saneamento básico, administrado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico. Este deverá ser deliberativo, paritário, sendo 50% deste formado por Sindicatos Obreiros e Associações de Moradores e os outros 50% por representantes da Prefeitura Municipal, empresa prestadora de serviços de saneamento básico e Sindicatos Patronais;

9ª - Defendemos o projeto de investimentos apresentado pela CORSAN.

Estranhamos porque uma empresa que quase ninguém (para não dizer ninguém) vem a público, como o fez no relatório 3 duvidar de números apresentados pela CORSAN, como apresentado na Tabela 1, onde se verifica que o índice de perdas em 2009 é de 49%. Enquanto que a BECK DE SOUZA em estimativas chamadas de "achômetro", conforme tabela 2, o índice de perdas em 2010 é de 58%. Seria para dar mais prazo a nova concessionária, pois de acordo com os números apresentados pela empresa CORSAN, diga-se de passagem com muito mais credibilidade do que a "tal" BECK DE SOUZA, até 2012, sem fazer nenhum investimento a nova concessionária teria índices de perda superiores aos atuais.

Por fim, ressaltamos que estas são diretrizes básicas para que se possa fazer um bom projeto, no que tange ao Plano de Saneamento Básico, para o município de Santa Cruz do Sul. Lembramos que uma elaboração mais aprofundada sobre o assunto deverá caber às audiências públicas, conforme citamos anteriormente. Desde já, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos. Inclusive, deixamos isso muito claro quando do encontro que tivemos com o Comitê Gestor do município no mês de fevereiro do ano corrente.

Atenciosamente,


Afonso Schwengber

Presidente do Sindicato dos Comerciantes



Paulo Rogério de Lara

Presidente do Sindicato dos Vigilantes



José Bonifácio Almada Martins

Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais



Tauâni Schwengber

Presidente da União dos Estudantes Santa-cruzenses (UESC)



Marcos Ferreira de Azeredo

CSP – Conlutas



Silvério José Stölben

PSTU



Clair Pereira

Grupo de Mulheres da Conlutas



Gilberto de Moraes Saraiva

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

Santa Cruz do Sul, 17 de novembro de 2010.

À

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul

A/C Sr. Luciano Almeida

N/ Cidade

Sou usuário da CORSAN e tenho acompanhado as negociações, visando a não renovação do contrato com a referida empresa, tendo em vista os péssimos serviços prestados pela Autarquia.

São inúmeros os remendos feitos nas ruas causando buraqueiras e desníveis, além de estrago nos asfaltos e os vazamentos continuam na proporção de 58%, conforme o jornal Gazeta do Sul de 12/11/2010 (desperdício este pago pelos usuários, que muitas vezes ficam sem o fornecimento de água).

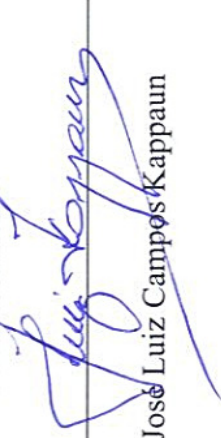
O esgoto coagal é outro item de urgência, pois não se justifica que um município do tamanho de Santa Cruz do Sul tenha somente 1.722 residências conectadas à rede.

Temos o exemplo de Novo Hamburgo que têm 95% da rede coagal já instalada, não há falta de água tratada e o excedente muitas vezes é vendido para outros municípios vizinhos.

O município de Vera Cruz está em fase de ampliação das redes de água e esgoto coagal e os preços das tarifas são bem inferiores aos que nos pagamos.

Face ao acima exposto, sou amplamente favorável ao cancelamento do contrato com a CORSAN imediatamente.

Atenciosamente


José Luiz Campos Kappaun

c/cópia

PROCURADORIA GERAL
Município de Santa Cruz do Sul
Protocolo de Recebimento

Nº 3784

DATA 11/11/2010 HORA 09:45
Assin & Servidor

SELO

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul
Pq. do Sr. Luciano Almeida
cidade

96810-012

RPC

Remetente *Jose Luiz Rolappauer*
Endereço *Rua Santo Antonio, 54*

96810-274

Sugestões ao abastecimento de Água na expansão Urbana do Município

1. Prever reserva técnica de água dos riachos que descem a encosta do cinturão verde (lageado, gruta, pedras e levis pedroso), para construção de mini barragens para abastecimento dos bairros no entorno, podendo, inclusive, interligar estas redes, controlando a variação de pressão.
2. Desassorear o lago Dourado (retirada da areia e lodos depositados no fundo), cerca de 30% do lago já deve estar assoreado.
3. Loteamentos e empreendimentos habitacionais, quando por inexistência ou inviabilidade de abastecimento de água, poderão produzir sua própria água, através de poços artesanais ou pequenas estações de tratamento de água, com acompanhamento e controle tecnológico de instituição credenciada.
4. Prever duas redes de abastecimento de água : uma potável, para beber e outra para os serviços (vaso sanitário, irrigação, etc.), com preços diferenciados.

Sugestões ao tratamento de esgotos na cidade

1. Loteamentos e empreendimentos imobiliários, que possuem ou terão Estações próprias de tratamento de esgoto (ETE), poderão fazer, por conta e responsabilidade própria, o gerenciamento e manutenção de suas unidades, desde que vistoriadas e acompanhadas por técnico qualificado e habilitado.
2. Quando da substituição das canalizações precárias e obsoletas do centro (manilha grez), prever ação conjunta com distribuidora de energia elétrica, telefonia e outros, para canalizar, junto, estas redes, hoje aéreas, melhorando a estética das ruas e a segurança da população.
3. Estudar uso de mini estações de tratamento de esgoto, por bairro ou bacia, independentes, de modo a reduzir a bitola das canalizações e uso de estações de bombeamento.
4. Cobrar 70% a mais, na conta de água do morador, quando seu esgoto for recolhido e tratado é exagero, permanecer nos atuais 50%, que já é muito elevado.

Criar uma autarquia municipal ou comunitária, independente, para gerir a água e esgoto do município, semelhante a UNISC, Afubra, Colégio Mauá,

Hospitais Ana Nery e Santa Cruz. O dinheiro fica aqui e todo mundo fiscaliza, viabilizando as parcerias com os empreendedores.

Eng. Carlos A. Gerhard (Moi)



PROCURADORIA GERAL

Município de Santa Cruz do Sul

Protocolo de Recebimento

Nº 3852

DATA 22/11/10 HORA: 10:50

Assin CG Servidor: _____

Ao
Procurador do Município
Ste Cruz
(Aparecida / Espoto)

Patrique

De: "Luciano Almeida" <luciano.juridico@santacruz.rs.gov.br>
Para: <patrique.juridico@santacruz.rs.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 24 de novembro de 2010 12:40
Assunto: sugestões

Prezado Dr. Procurador, boa tarde:

Tenho acompanhado há algum tempo a movimentação da prefeitura no que tange ao Plano de Saneamento Básico para nosso município.

Na audiência pública para apresentação preliminar do Plano, em 11/11/2010, foi estipulado um prazo de 10 dias para a comunidade contribuir com sugestões.

Penso ser um dever, como cidadão, contribuir para tal empreitada.

Ocorre que o prazo de 10 dias é exíguo, para quem trabalha e tem família para dividir sua dedicação.
 Mesmo assim, apresento abaixo um esboço do que consegui reunir até o momento e peço, se possível, ampliação do prazo para sugestões, de modo a poder aprofundar os estudos sobre o relatório 3, já que foram abordados principalmente os relatórios 1 e 2.

Por outro lado, peço que seja relevada uma certa desorganização do texto, que mescla assuntos muito detalhistas com outros mais gerais, tendo em vista que há várias observações sobre a feitura dos relatórios no transcorrer do texto.

Observo que o que escrevi são somente sugestões, pois como leigo (mas profundamente interessado neste assunto) não estou a par de certas variáveis que podem estar envolvidas nos problemas apontados.

Sendo o que se apresenta para o momento,

Atentamente,

Eusébio Pizutti
 Bacharel em Ciência da Computação.
 Cidadão Santacruzense

SUGESTÕES PARA O PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CRUZ DO SUL
CORREÇÕES SUGERIDAS PARA ALGUNS TRACHOS DOS RELATÓRIOS

METODOLOGIA: Os relatórios utilizam, algumas vezes, um modo de exibir gráficos que podem levar a confusão: quando uma linha de tempo (geralmente anos) é utilizada em um dos eixos, aparecem primeiramente os mais recentes, seguindo para os mais antigos. O sentido da leitura é da esquerda para a direita, e de cima para baixo. Por que não exibir gráficos com a linha do tempo começando da mais antiga, à esquerda e acima, para a mais recente, à direita e abaixo? Não foi encontrado nada equivalente em livros da área, tanto para tratamento de águas como de esgotos. Além disso, não é um padrão, pois nos Relatórios os gráficos e tabelas ora aparecem no sentido convencional, ora no sentido inverso.

PRAZO DA CONCESSÃO - Por que entregar a concessão de água por 30 anos, e não 20 como foi feito até agora? Alguém já pensou o que estará fazendo em 2040? É muito tempo para uma concessão. Com a Corsan, sempre foram 20 anos (duas concessões, portanto). Qual o motivo desta mudança?

--> Qual o patrimônio da Corsan no município de SCS? No Relatório 2, tabela 16, das Informações Contábeis, p. 21, o valor foi trocado por uma data: (relatório de 03/05/2010).

PROJEÇÃO POPULACIONAL: A projeção populacional para os próximos 30 anos em Santa Cruz é condizente com as estimativas do IBGE? É provável que o simples cálculo matemático, seja qual for a estatística utilizada, seja insuficiente para identificar todas as variáveis interrelacionadas, como o êxodo rural (ainda ocorre ou parou?), o desenvolvimento econômico, o aparecimento de novos empreendimentos de grande porte, etc.

Provavelmente, uma instituição como o IBGE deve estar atenta a estes indicadores, e seria uma referência importante para o estudo. Além disso, é evidente no Gráfico 1, p. 26 do Relatório 2 a forte influência de outros fatores no crescimento populacional, o que recomendaria cautela na redução da previsão populacional. O comportamento considerado atípico a partir de 2004 a 2007, desconsidera por exemplo o aumento de 1,83% ocorrido em 2009. Pode haver aí alguma tendência recente, ainda não corretamente

25/11/2010

diagnosticada. Talvez os resultados do CENSO IBGE 2010, muito recentes, possam ajudar a embasar as previsões de crescimento populacional.

Além disso, outro aspecto importante que pode interferir na qualidade do tratamento de esgoto são os eventos turísticos, nos quais a cidade recebe a afilência de mais pessoas por determinados períodos. O principal deles é a Oktoberfest, quando o município recebe 4 vezes mais visitantes do que o número de habitantes (relatório 2, p.31). Também há feiras, congressos, campeonatos no autódromo e encontros como o Enart. Estes aumentos esporádicos de visitantes ao município talvez devessem entrar nos cálculos para dimensionamento da ETE do município. Pois se o município cresce, tais eventos naturalmente deveriam ficar maiores a cada ano.

--> Na p. 32 do Relatório 2, é informado que a adutora em aço carbono do Rio Pardinho tem extensão de 1.400m, com diâmetro de 900mm. Mas no gráfico da Corsan, à p. 44, consta uma adutora de aço carbono que vem do Rio Pardinho até o Lago Dourado, com diâmetro de 900mm e que tem uma extensão de 4.000m. Onde está o erro?

--> Erro na Tabela 26, p. 39, do Relatório 2: os valores médios de mca (metro de coluna d'água) são menores do que os valores mínimos.

ABASTECIMENTO DO INTERIOR: Com relação aos pontos de abastecimento no interior, o Relatório 2, à p. 47 aponta que, quanto ao abastecimento do Alto Paredão, o poço opera 16h e ininterruptamente. Qual é a informação correta?

Nestes pontos de abastecimento do interior, aparentemente há falta de mais informações, como o tipo de economias envolvidas, pois há lugares em que a produção do poço é de 1 litro para cada 48,6 economias (Boa Vista) e o sistema está satisfatório. Mas há lugares em que a produção de cada litro de água é distribuída para somente para 5,2 economias (Travessa Staelben) e o sistema está saturado. Talvez fosse interessante saber o tipo de economias envolvidas, de modo a otimizar a utilização de recursos públicos em locais com menores densidades populacionais.

REDES COLETORAS DE ESGOTOS: Na p. 54, do Relatório 2, é informado que Santa Cruz do Sul dispõe de 30 Km de redes coletoras de esgoto, sendo que 35 Km foram implantadas em 1952. Destes 35 Km implantados há décadas, quanto é utilizado? Esta informação somente aparece na página 58, que menciona o uso de 21 km desta antiga rede. Além disso, sabendo-se que em 2010 foi feito um grande investimento na rede de coleta falta saber, então, o total geral em km da rede de coleta de esgoto, que está operacional.

--> Não é adequado em um texto técnico a ironia, como na p. 54 do Relatório 2, que comenta "o suave aroma que se desprende dos arroios e córregos existentes, a respeito do esgoto diariamente despejado nestes mananciais. Mais correto para um projeto que propõe políticas de saneamento com um alcance de 30 anos seria medir a real contribuição dos esgotos domésticos na cidade para cada córrego ou arroio, fazendo uma coleta em diversos horários, no início e no final de cada curso d'água. Estas coletas dariam um panorama exato dos locais onde há maiores problemas, que deveriam ser atacados em primeiro lugar. No caso do Rio Pardinho, quais são os índices de contaminação nas fronteiras do município? Com quanto de poluição o município contribui para este manancial? Ali poderiam ficar evidentes os comportamentos das fossas sépticas, que mais de 70% dos domicílios da cidade possuem. Talvez fosse interessante saber quantas residências tem fossas sépticas com sumidouros, e qual a contribuição delas para a melhoria dos esgotos coletados.

--> No relatório 2, o gráfico da p. 56 (Sistema de Tratamento de Esgoto de Santa Cruz do Sul) não contempla nenhuma nova canalização de esgoto realizada nos últimos anos, justamente quando houve pesados investimentos. Além disso, o gráfico não apresenta qual o período a que se refere.

TECNOLOGIA OBSOLETA: Continuando no Relatório 2, à p. 57, a solução técnica proposta pela Corsan é chamada de projeto com tecnologia obsoleta. A que se refere esta afirmação? Ao projeto das lagoas de estabilização para o tratamento de esgotos? Se for isso, até o momento, pelo que estudei nos livros sobre ETE's da biblioteca da Unisc, não existem novas tecnologias que sejam tão baratas na implantação, tão pouco custosas na sua manutenção, e de eficiência comprovada desde a década de 1960. Para um país tropical, com sol abundante, ainda é até o momento a melhor opção para uma ETE. O que poderia melhorar são talvez os modos de captação e separação inicial, bem como o destino dos efluentes. Deve-se salientar que, se for considerada a mecanização de alguma atividade, os custos aumentam substancialmente, pois eleva-se o consumo de energia e tem-se maiores despesas com manutenção.

Como pode-se notar, este rol de sugestões são mais indicadores de determinadas incoerências nos relatórios, do que propriamente novas idéias. Mesmo assim, creio que é importante para a confiabilidade de um plano que somente terá revisões a cada 4 anos.

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Atentamente,

Eusébio Pizutti
Bacharel em Ciência da Computação

25/11/2010

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

PROCURADORIA GERAL
Município de Santa Cruz do Sul
Protocolo de Recebimento

A ILMA SRA

PREFEITA MUNICIPAL DE

SANTA CRUZ DO SUL

Comissão Especial do PMSB

Nº

3284

DATA: 18/11/2010 HORA: 20:30

Assin: J. Servidor: R87

Santa Cruz do Sul, 16 de Novembro 2010.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul – CMMA, no uso de suas atribuições, que objetivam promover contato com entidades representativas privadas e oficiais da União, dos Estados e dos Municípios, no campo da preservação do meio ambiente, assim como para a execução conjunta de ações ambientais, vem, em atenção a audiência pública que acontece nesta data, manifestar-se nos seguintes termos:

Considerando que a audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito, propiciando ao particular (neste caso representado pelos Conselhos e demais representantes da sociedade) a troca de informações com o administrador, bem assim o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal em sentido substantivo, externar seu constrangimento em não ter participado das etapas de elaboração do PMSB.

Destaca-se que o CMMA efetuou vários pedidos para participar da elaboração do Plano Municipal dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em Santa Cruz do Sul, valendo-se do disposto no termo de referência, que prevê esta participação.

Assim, em reunião extraordinária do CMMA ocorrida no dia 11/11/2010 às 9h, com a participação do Comitê Pardo e Apoio do Movimento Santa Cruz Novos Rumos, que juntos congregam aproximadamente 70 (setenta) entidades representativas da sociedade organizada, foi elaborado este documento, com as seguintes considerações para que sejam apreciadas:

- 1- Constatou-se que não houve observância do termo de referência com relação às participações do CMMA;
- 2- Que houve descon sideração do Plano de Bacia do Pardo, sendo que este plano é um trabalho de dois anos de duração, com investimentos de R\$1.800.000,00 para informação e propostas pertinentes ao PMSB;
- 3- Ausência de dados sobre capacidades hídricas do município;
- 4- Definição da abrangência do PMSB;
- 5- Integração imprescindível entre o PMSB com as outras etapas, Drenagem Urbana e Resíduos Sólidos, e os Planos Diretor Urbano e Ambiental;
- 6- Plano de Educação Ambiental para implementação do PMSB;
- 7- Correções no subdimensionamento das redes de esgoto e infiltrações no solo, urgências nas perdas que somam 58% da água tratada;

Diretoria: Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44

Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)

Secretário – Alberto João Heck (SEMMAS)

Conselho Municipal do Meio Ambiente

Santa Cruz do Sul - RS

- 8- Caráter genérico do PMSB que desconsidera dados disponíveis, levantados por instituições de ensino e Comitê Pardo;
- 9- Desconsideração com a progressiva degradação ambiental da bacia e a destinação do lodo de ETA;
- 10- Questão da outorga futura sobre o uso da água;
- 11- Observação e consideração aos art. 26 §2º e art.34 §6º do Decreto 7.217 21 de junho 2010, que Regulamentou a Lei nº 11.445.

Concluindo, reiteramos respeito à iniciativa do encaminhamento de PMSB para o Município de Santa Cruz do Sul, entretanto, temos como inviável a aprovação do plano da forma como se apresenta, entendemos imprescindível a análise e adequação dos tópicos anteriormente citados, considerando que uma questão administrativa não possa ser preponderante ao interesse público e ambiental, já que um planejamento embasado e responsável é o objetivo de todos os envolvidos no PMSB.



Presidente em exercício do CMMA

Arquiteto e Urbanista M. Sc Mário Luiz Dummer

Entidades do Conselho Municipal do Meio Ambiente

ACI

OAB

SINDITABACO

AEAVARP

UNISC

BRIGADA MILITAR

ASCAR/EMATER

PREFEITURA MUNICIPAL SEMMAS

ASEPA

SEASC

AFUBRA

AJESC

CORSAN

Diretoria: Presidente – Mário Luiz Dummer (SEASC) Cel: 9993 81 44

Vice Presidente – Adalberto S. Huve (AFUBRA)

Secretário – Alberto João Heck (SEMMAS)